

## **EDUCAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ABRIGOS: DISCUSSÕES INICIAIS SOBRE O LUGAR DO EDUCADOR NESSES ESPAÇOS**

Flávio Henrique Firmino

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Araraquara

Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Araraquara

Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

### **RESUMO**

A literatura demonstra a pouca formação que educadores/as em geral têm a respeito do tema “sexualidade”, que frequentemente é motivo de dúvidas e angústias. Em abrigos essa situação se complexifica, dado o papel central que os/as educadores/as ocupam na vida de crianças e adolescentes abrigados/as. Este trabalho descreve um projeto de mestrado que tem por objetivo identificar o lugar que o/a educador/a ocupa em relação à sexualidade e à educação sexual das crianças e adolescentes que são atendidos/as pelo serviço de acolhimento institucional em abrigos. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com 8 educadores/as que trabalham em abrigos de um município do interior de São Paulo. A análise dos dados será pautada pela Análise de Conteúdo. A pesquisa e as discussões em andamento apontam que a educação que ocorre nos abrigos em relação à sexualidade dos/as abrigados/as se caracteriza como uma educação sexual informal na qual fantasias, valores, preconceitos e ideais pessoais dos/as educadores/as são transmitidos inconscientemente. Isto aponta para a relevância de, a partir da psicanálise, aproximar-se dos discursos dos/as educadores/as sobre sexualidade, a fim de contribuir com a reflexão sobre a formação desses/as profissionais.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



Palavras-chave: Educação sexual; educadores/as; abrigos.

## INTRODUÇÃO

Sexualidade, educação e formação de educadores/as são questões abordadas por autores/as como Maia (2006), Miskolci (2010), Sanches (2010) e Spaziani (2012), que exemplificam algumas dificuldades vividas por estes/as profissionais no manejo de situações que envolvem a sexualidade de crianças e adolescentes: dúvidas e questionamentos sobre sexo e diferenças sexuais, manifestações de afeto, jogos sexuais, masturbação infantil e expressões de gênero e orientação sexual que divergem dos padrões culturais vigentes em nossa sociedade.

Estas dificuldades, muitas vezes produzidas por conflitos conscientes ou inconscientes do/a educador/a (SANCHES, 2010), causam tanto a sua angústia quanto o mal-estar sentido pelas crianças e adolescentes em suas descobertas e expressões da sexualidade, a qual pode ser vivenciada como algo saudável e dotado de potencialidades, mas também como algo sujo e pecaminoso, dependendo dos discursos do/a educador/a sobre a sexualidade.

Os abrigos<sup>1</sup> se constituem como espaços em que a educação e a sexualidade se encontram, o que faz pensar sobre as dificuldades específicas das/os profissionais que trabalham nesses locais e a especificidade da posição que ocupam em relação à educação sexual das crianças e adolescentes que chegam aos abrigos a partir do sistema de acolhimento institucional, que é uma das medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2012 [1990]) a partir da inclusão dada pela lei nº12.010, de 2009. Essa medida é descrita como provisória e excepcional, utilizável “como forma de transição para

<sup>1</sup> O ECA não designa um nome específico para as instituições que executam programas de acolhimento institucional, chamando-as apenas de “entidades que desenvolvem programas de acolhimento institucional” (BRASIL, 2012, [1990], p. 72-75). A literatura consultada adota diversos nomes, como “abrigos”, “instituições de abrigo”, “instituições de acolhimento” e “abrigos residenciais”. Neste projeto adotaremos o nome “abrigos” para se referir a estas instituições.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não incluindo privação de liberdade” (BRASIL, 2012, p. 80-81).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2014), o serviço de acolhimento institucional pode ser desenvolvido nas seguintes modalidades: atendimento em unidade residencial, em que “uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente, prestando cuidados a um grupo de até 10 crianças e/ou adolescentes”; ou:

atendimento em unidade institucional semelhante a uma residência, destinada ao atendimento de grupo de até 20 crianças ou adolescentes. Nessa unidade é indicado que os educadores/cuidadores<sup>2</sup> trabalhem em turnos fixos diários, a fim de garantir estabilidade das tarefas de rotina diárias, referência e previsibilidade no contato com as crianças e adolescentes. (BRASIL, 2014)

De acordo com Bazon e Biasoli-Alves (1999), a relação estabelecida com os/as educadores/as desempenha papel central na vida das crianças e adolescentes abrigados/as, o que torna necessário que estes/as profissionais sintam-se guiados em suas ações cotidianas de forma a compreender o impacto que suas ações podem ter. No entanto, de acordo com estas autoras, estudos apontam a pouca ou nenhuma formação destes/as profissionais.

A partir de entrevistas semiestruturadas com 5 educadoras de uma instituição de acolhimento, Trivelatto, Carvalho e Vectore (2013) verificaram que apesar de todas as educadoras já terem tido contato com crianças em trabalhos anteriores, nenhuma apresentava qualquer qualificação ou capacitação profissional para o trabalho com crianças acolhidas. Segundo as entrevistadas, os únicos critérios mencionados para a contratação nesta instituição eram “gostar muito de crianças” e “manter sigilo sobre o que acontecia no local”, sem levar em consideração a

<sup>2</sup> A literatura consultada utiliza diferentes termos para se referir aos profissionais que trabalham em contato direto com as crianças e adolescentes que são atendidas nos abrigos, entre eles: “educador”, “cuidador”, “educador/cuidador”, “monitor” e “profissional cuidador”. Nesse trabalho optamos pelo uso do termo “educador”, entendendo que a função de educar é inerente aos profissionais que trabalham nestes locais, como será aqui discutido.

Realização:



Apoio:



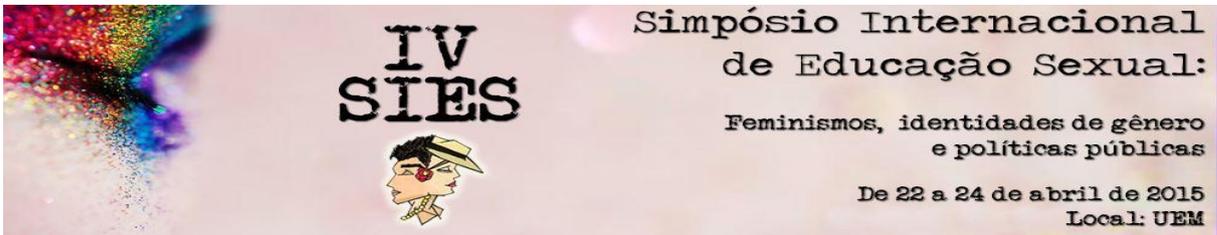
**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



formação adequada para atender às necessidades de desenvolvimento das crianças.

Em estudo semelhante Penna, Carinhonha e Leite (2009) realizaram entrevistas semiestruturadas com educadoras de um abrigo e verificaram que é nítida a necessidade que estas profissionais tem de suporte material e emocional, pois não se sentem capacitadas para administrar os casos mais difíceis, nos quais a violência aparece de forma mais explícita, e não encontram apoio consistente no trabalho com profissionais de outros órgãos que compõem a rede de proteção à infância e juventude, já que na ausência de uma rede capacitada e bem integrada, a qualidade deste trabalho depende muito das características pessoais destas profissionais e de seu comprometimento com as atividades que desenvolvem.

Arpini (2003) discute que as dificuldades dos/as educadores/as em lidar com situações de dor ou sofrimento dos sujeitos acolhidos pode levá-los/as a uma estratégia defensiva composta pelo endurecimento afetivo, abafamento, depreciação ou desqualificação em relação a eles/as. O silenciamento evita o contato com a desilusão que esses/as jovens podem representar e a angústia produzida por este contato.

Na ausência de uma formação profissional adequada dos/as educadores/as para atender às necessidades das crianças e adolescentes acolhidos/as, surgem ações junto a eles/as que são mais pessoais do que profissionais, com condutas pouco fundamentadas teoricamente: as estratégias de cuidado dos/as educadores/as são fortemente marcadas por uma perspectiva pessoal, que determina a forma de sua abordagem junto aos/às acolhidos/as de acordo com suas próprias habilidades, afinidades, posturas e valores pessoais (PENNA; CARINHANHA; LEITE, 2009). Segundo Marques e Czermak (2008), os/as educadores/as acabam por tomar como modelo para seu trabalho o pai ou a mãe que são em sua vida particular, com padrões de moral e concepções diferentes para cada educador/a.

Dado o modo como o educar ocorre nos abrigos, pode-se deduzir que as ações dos/as educadores/as em relação à sexualidade expressa pelas crianças e

Realização:



Apoio:



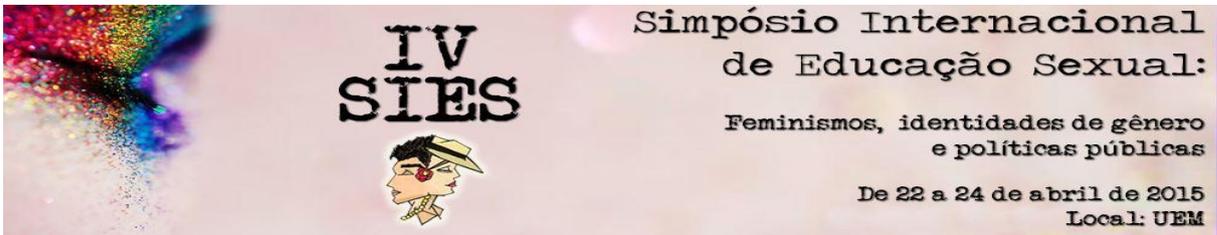
**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



adolescentes também ocorrem com base nas concepções e valores pessoais que os/as educadores/as tem sobre esse tema. Werebe (1998) afirma que a educação sexual se divide em dois tipos: 1- a educação sexual formal, que é intencional, institucionalizada e composta por intervenções sistemáticas e deliberadas relativas ao domínio da vida sexual; e 2- a educação sexual informal, que não é intencional e planejada e engloba “toda ação exercida sobre o indivíduo, no seu cotidiano, desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre sua vida sexual” (CHAUÍ; KEHL; WEREBE, 1981, p. 106). Quando falamos sobre a educação sexual nos abrigos, a segunda definição, de educação sexual informal, é a que melhor define o processo educativo nesses espaços em relação à sexualidade, já que este não é sistematizado ou sequer planejado.

Autores e autoras como Foucault (1988), Louro (1997), Parker (2000) e Weeks (2000) apontam o caráter de construção ou produção da sexualidade. Para Foucault (1988), a sexualidade é produzida discursivamente nas tensões de uma rede de poder-saber que classifica, organiza, hierarquiza e, ao nomear, produz sujeitos que tem seus desejos e prazeres delimitados de acordo com seu sexo-gênero. É nas instituições como a escola, a prisão, o hospício, a família, entre outras, que os discursos que regulam a atribuição e a interdição de desejos, prazeres e saberes produzem os sujeitos a partir de mecanismos de poder (FOUCAULT, 2013 [1975]). Nos abrigos, os discursos veiculados por essa instituição a partir das normas e regras do local, leis específicas, articulação com outras instituições e concepções dos/as educadores atravessam a vivência das crianças e adolescentes e regulam, vigiam, legitimam e produzem os saberes e práticas a respeito de seus desejos, prazeres e fantasias.

Evidentemente, o/a educador/a ocupa então um lugar em relação à sexualidade dos/as abrigados/as, mas de que forma essa posição se configura? Qual a postura dos/as educadores/as em relação à sexualidade das crianças e adolescentes? É de sustentação, de proibição, de vigia, de talvez uma tentativa de “conserto” a partir de seus próprios valores pessoais? Investigar essa posição a partir das concepções e práticas dos/as educadores/as em relação à sexualidade

Realização:



Apoio:



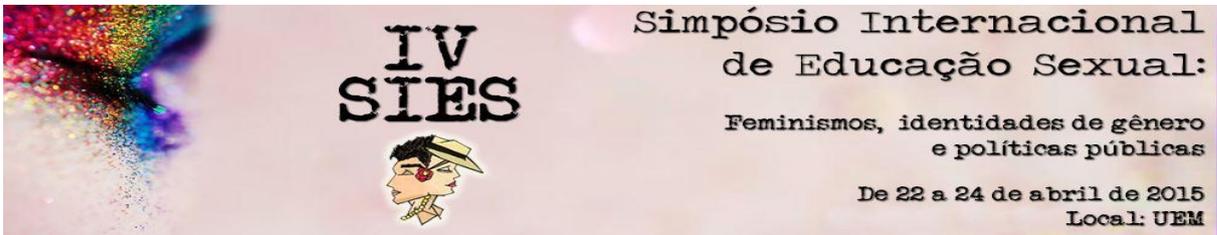
**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



dos/as abrigados/as pode lançar luz à forma como ocorre a educação sexual nesses espaços e contribuir para fundamentar a necessidade da formação desses/as profissionais.

## **DELINEANDO UMA PESQUISA**

O projeto de mestrado intitulado “Educação sexual de crianças e adolescentes em abrigos: o lugar do educador” tem por objetivo principal identificar o lugar que o/a educador/a ocupa em relação à sexualidade e à educação sexual das crianças e adolescentes que estão sendo atendidos/as pelo serviço de acolhimento institucional em abrigos. Estima-se a participação de 8 profissionais, dos gêneros masculino e feminino, que trabalham como educadores/as em abrigos de um município do interior de São Paulo. A coleta de dados será realizada com base em um roteiro de entrevista semiestruturada, que contém questões abertas e projetivas. Esse roteiro foi aplicado em situação piloto com participantes similares para aperfeiçoamentos necessários.

O projeto de pesquisa foi enviado a um Comitê de Ética em Pesquisa e recebeu parecer favorável (Nº. CAAE: 38716314.5.0000.5398), em consonância com a Regulamentação do CONEP sobre pesquisas com seres humanos. Será realizado um contato prévio com abrigos de um município do interior paulista, a fim de marcar um encontro com os/as educadores/as e neste apresentar brevemente a pesquisa e convidar os/as profissionais interessados/as. A esses/as profissionais a pesquisa será explicada detalhadamente e lhes será entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido elaborado para essa pesquisa, o qual será lido e explicado minuciosamente. Após os/as participantes concordarem com o termo de consentimento livre e esclarecido e assiná-lo, serão agendadas entrevistas em um local de maior conveniência para os/as participantes. As entrevistas serão gravadas e transcritas na íntegra.

O procedimento de análise dos dados coletados nas entrevistas será pautado na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), a qual será realizada por etapas: após a leitura e pré-análise das transcrições – que inclui a

Realização:



Apoio:



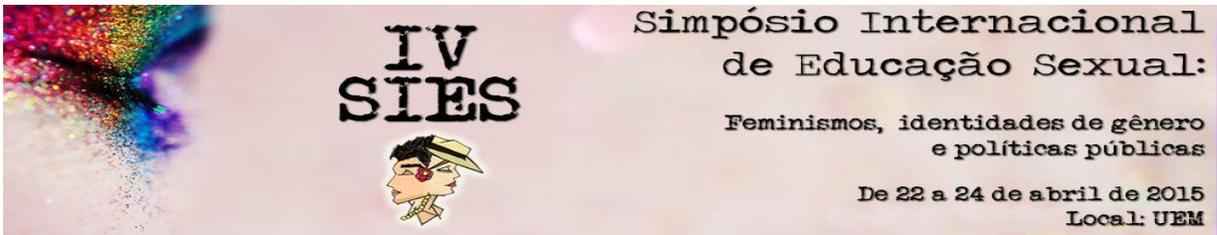
**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



familiarização, apropriação e pré-organização dos conteúdos – os dados serão agrupados em categorias para, em seguida, serem interpretados. Buscar-se-á conhecer o que está além das palavras que são ditas a partir de inferências que indiquem o que levou os/as participantes a determinados enunciados e quais consequências estes poderão provocar.

## DISCUSSÕES INICIAIS

A pesquisa inicial a partir da literatura que aborda o tema sobre a educação sexual e sobre os abrigos aponta, como já foi dito, que o que ocorre nesses espaços é uma educação sexual informal, que tem como base os valores, ideais e fantasias dos/as educadores/as, os quais são transmitidos de modo não intencional. Nesse sentido, a psicanálise se apresenta como um aporte teórico capaz de sustentar a discussão sobre a transmissão de discursos sobre a sexualidade que se dá de forma não intencional e *inconsciente*.

De acordo com Kupfer (2001), as reflexões de Sigmund Freud sobre a educação perpassam toda a sua obra e, apesar de nenhum volume desta ser dedicado exclusivamente ao estudo deste fenômeno, suas considerações sobre ele acompanharam a elaboração de alguns dos principais conceitos de sua teoria. À medida que refletia sobre a educação a partir dos conceitos que elaborava, Freud foi capaz de vislumbrar contribuições de sua teoria para o campo educativo. No entanto, em certo ponto Freud começa a pensar na educação como uma profissão impossível (MANNONI, 1977; MILLOT, 1979; KUPFER, 2001), que encontra no conceito de inconsciente seu maior obstáculo: entre o discurso do/a educador/a e a escuta daquele/a que está sendo educado/a, ou seja, o/a educando/a, está o inconsciente de ambos.

O/a educador/a tenta atingir a consciência do/a educando/a com seu discurso, mas como o domínio da palavra escapa ao/à falante, “fala mais” do que pretendia conscientemente e a partir de um lugar que ele/a mesmo desconhece; o/a educando/a, por sua vez, escuta mais do que ouve conscientemente, a partir de um lugar que ele/a também desconhece. Ou seja: enquanto o ato educativo pretende

Realização:



Apoio:



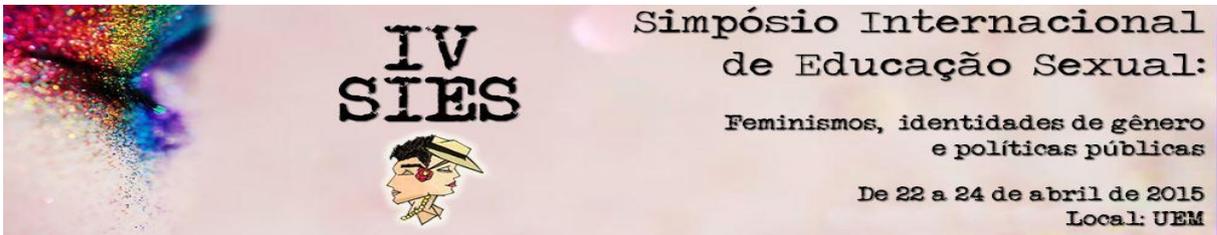
**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



atingir objetivos planejados e sob controle consciente, o inconsciente frustra o planejamento e o controle total sobre o que é aprendido pelo/a educando/a (KUPFER, 2001).

Para a psicanálise, sendo o outro um intermediário na relação entre o sujeito e o Outro<sup>3</sup>, os significantes da cultura oferecidos ao sujeito são sempre marcados pela rede linguística de crenças e desejos do/a educador/a. Assim, nenhuma transmissão de conhecimentos ou valores é neutra: tudo o que chega aos olhos e ouvidos do/a educando/a percorre antes os caminhos conscientes e inconscientes das representações do/a educador/a. Suas crenças, memórias, afetos e até mesmo representações inconscientes moldam as formas e objetos com os quais moldam os/as educandos/as.

Assim, a transmissão de um saber sobre a sexualidade se dá nos abrigos nessa veiculação inconsciente de discursos que marcam e produzem os indivíduos que, antes de serem “educadores/as”, são sujeitos que se constituem da mesma forma que quaisquer outros: atravessados por um saber-poder (FOUCAULT, 2013 [1975]) reprodutor de discursos. São esses discursos que marcam os/as educadores/as que são transmitidos inconscientemente para os/as abrigados/as.

Sanches (2010) situa a posição do/a educador/a enquanto aquele/a que transmite *limites, normas e prioridades* que devem ser seguidas para que a convivência da criança no grupo e na sociedade, em geral, seja possível. Ora, se o/a educador/a se vê na posição de colocar limites para promover a convivência dos/as abrigados/as no grupo e na sociedade, é evidente que, sem o aporte de uma formação profissional, irá se basear nos próprios limites e regras que aprendeu serem as “corretas” para educá-los/as. E, ainda que tenha a intenção de transmitir certos saberes e normas, o controle sobre os conteúdos que desejar transmitir lhe escapará, devido à relação entre o *inconsciente* do/a educador/a e dos/as abrigados/as.

<sup>3</sup> O Outro (conceito da psicanálise lacaniana) determina o lugar terceiro, para além da relação dual com o/a semelhante (o outro – pequeno outro). Ele designa um lugar simbólico: do significante, da lei, da linguagem, do inconsciente, daquilo que determina o sujeito à revelia deste (ROUDINESCO; PLON, 1998).

Realização:



Apoio:



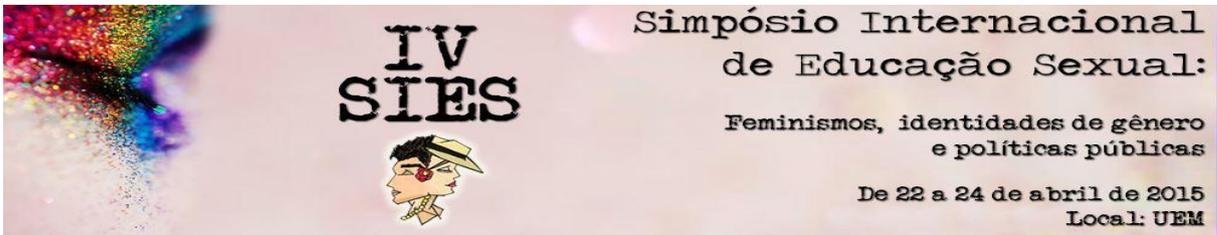
**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



A transmissão de limites, normas e prioridades certamente se fará primordialmente em relação à sexualidade, dado que grande parte das normas sociais dizem respeito às formas como os sujeitos devem se comportar, andar, falar, gesticular, desejar e buscar prazer, o que coloca o corpo no foco das práticas disciplinares (FOUCAULT, 2013) e, por conseguinte, coloca a sexualidade como central no que concerne à colocação de limites, proibições e induções. Nesse sentido, educar é sempre, de alguma forma, educar sexualmente e toda educação é, em certo sentido, uma educação sexual. Afinal, o que se pode educar além do corpo e de sua condução no mundo, sempre motivada por desejos e fantasias?

Segundo alguns autores (KUPFER, 2013, SANCHES, 2010) a educação é para a psicanálise, *grosso modo*, a inserção do indivíduo na linguagem; o posicionamento do sujeito na rede de significantes que o precede e assim possibilita-lhe a produção de sentidos para suas necessidades e desejos até então inominados. É, também, “o ato por meio do qual o Outro primordial se intromete na carne do *infans*, transformando-a em linguagem” (KUPFER, 2013, p. 35) e o ato pelo qual o adulto marca a criança com seu desejo. Para Calligaris (2010), educação e castração são de certa forma sinônimos, na medida em que os dois termos designam processos pelos quais se pretende que o sujeito alcance um lugar na sociedade dos adultos. Assim, quando associamos a educação a “marcas do desejo”, à castração e à inscrição da linguagem na carne, fica clara a dimensão da sexualidade no ato educativo.

Melman (2010) considera que a educação tem como alvo dominar a existência e mortificá-la. Os pais, as mães, cuidadores/as e educadores/as esperam que a criança seja ideal: que seja limpa, inteligente, que obedeça. Há nesta expectativa o desejo de que a criança esteja morta, pois este ideal só pode ser realizado por uma criança morta, na medida em que “a existência é algo impuro e sujo” (MELMAN, 2010, p. 39). Há, então, um voto de morte em toda a educação. Nesse sentido, podemos nos questionar o que o/a educador/a idealiza sobre a criança que está no abrigo. Os/as educadores/as a colocam na posição de um ideal que tentam realizar? Em caso afirmativo, o que os/as educadores/as desejam que

Realização:



Apoio:

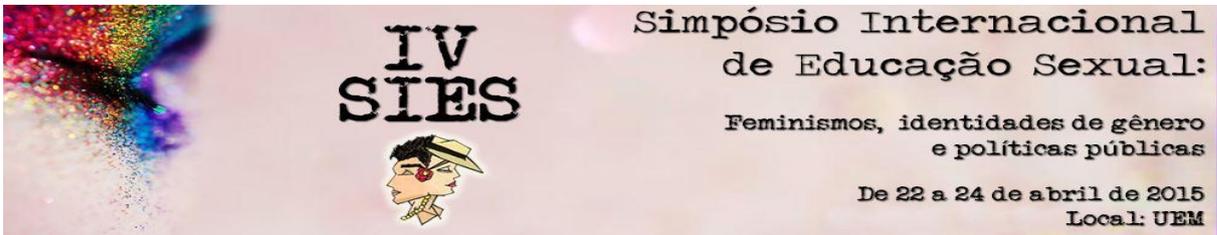


**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





morra? O que é para ele ou ela aquela criança que não saiu de seu ventre e não compartilha dos mesmos tabus que ele/a? O que é para ele/a esse/a estranho/a em um “ninho” que não é o dele/a? Em que posição ele/a se coloca? Ele/a o acolhe? O/a estranha? O/a ataca? Tenta modificá-lo/a? Ou mortificá-lo/a? Ou se mortifica ao não saber o que fazer? O que o/a educador/a deseja em relação àquela criança ou adolescente? E que marcas esse desejo produz em um corpo já marcado por outras expectativas e experiências?

Marques e Czermak (2008) apontam o cuidado que as educadoras devem ter nas orientações dadas aos acolhidos, já que ao estabelecer regras de convivência, limites e modos de viver considerados corretos sem efetivamente levar em conta suas histórias e experiências, pode-se produzir, sem que esta seja a intenção, um contexto opressor. Deste modo, dependendo de como as educadoras se posicionarem em relação às histórias dos educandos e suas experiências em relação à sexualidade, as crianças poderão elaborar essas experiências e suas marcas de diferentes modos.

Betts (2010) afirma que educadores/as não devem procurar satisfazer seu próprio narcisismo tentando realizar seu ideal por meio da criança a quem devem educar. No mesmo sentido, Jerusalinsky (2010a; 2010b) afirma que educar é transmitir a demanda social *além do desejo*. O que se afirma é que a educação deve ser realizada para além dos valores pessoais, expectativas e ideais dos/as educadores/as. No entanto, se a educação se faz de forma inconsciente, como não transmitir – ainda que se tente – saberes que são marcados pelo desejo? Novamente, voltamos à chamada “impossibilidade” do ato educativo.

Contudo, de acordo com Kupfer (2001), pensar na “impossibilidade” da educação não precisa nos levar ao desânimo sobre o ato educativo, mas à reflexão sobre os limites, potencialidades e responsabilidades do/a educador/a, o que pode contribuir para a reflexão sobre a formação destes/as profissionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





Pensar no ato educativo e sua relação com a sexualidade leva a questões complexas e a indagações sobre a posição que o/a educador/a ocupa na dinâmica que se estabelece entre seus desejos, valores e ideais, de um lado, e crianças e adolescentes já marcados por desejos e experiências, de outro. Essas indagações são importantes na medida em que, ao lançar luz sobre o que ocorre nos abrigos em relação à educação e à sexualidade, é possível construir uma discussão que poderá fornecer subsídios para a melhoria da vivência nesses locais, contribuindo tanto para o bem estar das crianças e adolescentes, quanto para o auxílio aos/às educadores/as. No entanto, trata-se de questões que sempre levam a novas questões, sem oferecer respostas conclusivas e exatas, mas apontam e instituem uma falta que é fundamental para a realização de transformações. De acordo com Kupfer:

Sobre temas como a sexualidade e a morte pode-se discorrer à vontade – é o que a cultura vem fazendo há séculos – mas não se chegará ao seu âmago jamais, o que deixa cada sujeito às voltas com o desejo de buscar e encontrar respostas para o enigma de sua presença no mundo (KUPFER, 2013, p. 124).

Por enquanto, neste texto, deixemo-nos às voltas com as questões que nos movem a outros caminhos.

## REFERÊNCIAS

- ARPINI, D. M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 23, n. 1, Mar. 2003.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAZON, M. R.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. A transformação de monitores em educadores: uma questão de desenvolvimento. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, 2000
- BETTS, J. A. Missão impossível?: Sexo, educação e ficção científica. In: CALLIGARIS, C. et. Alii. **Educa-se uma criança?** Porto Alegre: Artes e Ofícios. 2 ed, 2010. p. 47-62.

Realização:



Apoio:



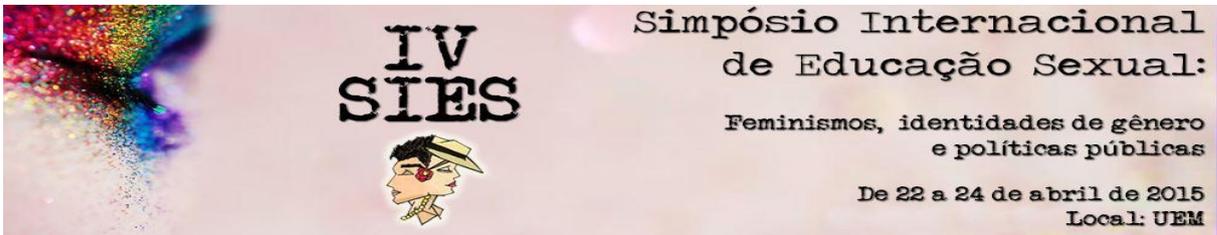
**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



BRASIL. (1990) **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069/90. São Paulo: 2012.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/servicos-de-alta-complexidade/servico-de-acolhimento-institucional>. Acesso em: 26 out. 2014.

CALLIGARIS, C. Três conselhos para a educação das crianças. In: CALLIGARIS, C. et. Alii. **Educa-se uma criança?** Porto Alegre: Artes e Ofícios. 2 ed., 2010. p. 25-30.

CHAUÍ, M.; KEHL, M. R.; WEREBE, M. J. Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 36, p. 99-110, 1981.

FOUCAULT, M. (1975) **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 41 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

JERUSALINSKY, N. Apresentação. In: CALLIGARIS, C. et. Alii. **Educa-se uma criança?** Porto Alegre: Artes e Ofícios. 2 ed, 2010a. p. 5-8.

\_\_\_\_\_. Apesar de você, amanhã há de ser outro dia. Dialética da demanda e do desejo na educação. In: CALLIGARIS, C. et. Alii. **Educa-se uma criança?** Porto Alegre: Artes e Ofícios. 2 ed, 2010b. p. 13-23.

KUPFER, M. C. **Freud e a educação: o mestre do impossível**. 3 ed. São Paulo: Scipione, 2001.

\_\_\_\_\_. **Educação para o futuro**. Psicanálise e educação. 4 ed. São Paulo: Escuta, 2013.

LOURO, G.L. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAIA, A. C. B. Diálogos sobre sexualidade com a criança. In: MAIA, A. C. B.; MAIA, A. F. (org.). **Sexualidade e Infância**. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2006. p. 43-61.

MANNONI, M. **Educação impossível**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

MARQUES, C. C.; CZERMAK, R. O olhar da psicologia no abrigo: uma cartografia. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 20, n. 3, Dec. 2008.

MELMAN, C. Sobre a educação das crianças. In: CALLIGARIS, C. et. Alii. **Educa-se uma criança?** Porto Alegre: Artes e Ofícios. 2 ed, 2010. p. 31-40.

MILLOT, C. **Freud anti-pedagogo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MISKOLCI, R. **Marcas da Diferença no Ensino Escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

Realização:



Apoio:

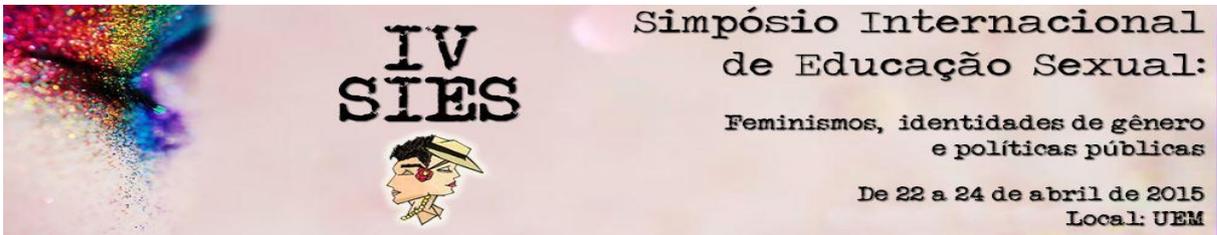


**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





PARKER, R. Cultura, Economia Política e Construção Social da Sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O Corpo Educado**: Pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 125-150.

PENNA, L. H. G.; CARINHANHA, J. I; LEITE, L. C. La práctica educativa de cuidadores profesionales en refugios para niñas: enfrentando la violencia vivida por mujeres adolescentes. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto , v. 17, n. 6, Dec. 2009 .

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1998.

SANCHES, R. M. **Psicanálise e educação**. Questões do cotidiano. 2 ed. São Paulo: Escuta, 2010.

SPAZIANI, R. B. **Violência sexual infantil**: compreensões de professoras sobre conceito e prevenção. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2012.

TRIVELLATO, A. J; CARVALHO, C.; VECTORE, C. Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento infantil. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 17, n. 2, Dec. 2013.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O Corpo Educado**: Pedagogias da sexualidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-82.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, política e educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.

## ABSTRACT

Literature shows the not enough formation that educators in general have on the subject "sexuality", which often leads to doubts and anxieties. In shelters this situation becomes more complex, due to the central role that educators have in the lives of children and adolescents sheltered. This paper describes a master's project that aims to identify the place that the educator occupies in relation to sexuality and sexual education of children and adolescents who are served by the residential care service in shelters. Semi-structured interviews will be conducted with 8 educators that work in shelters in a city in São Paulo countryside. Data analysis will be guided by Content Analysis. The research and discussions in progress indicate that the education that occurs in shelters in relation to sexuality of sheltered children and adolescents is characterized as a non-formal sexual education, in which educator's fantasies, values, prejudices and personal ideals are transmitted unconsciously. This points out to the importance of approaching the educator's discourse about sexuality

Realização:



Apoio:



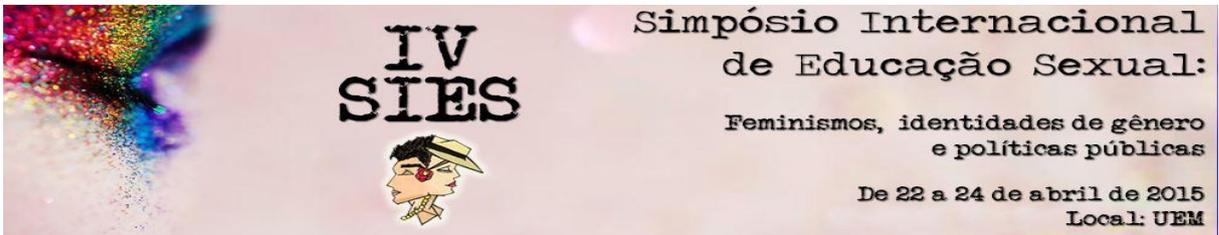
**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



through psychoanalysis, in order to contribute to the discussion of the formation of these professionals.

Keywords: Sexual education; educators; shelters.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:

